

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.699 - SP (2019/0304536-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**RECORRENTE** : **SILVIA REGINA DE OLIVEIRA**  
**RECORRENTE** : **ADALBERTO DE OLIVEIRA**  
**RECORRENTE** : **CARLOS APARECIDO DE OLIVEIRA**  
**RECORRENTE** : **IVAN REGIS OLIVEIRA DE SOUSA**  
**RECORRENTE** : **VAGNER OLIVEIRA DE SOUZA**  
**ADVOGADOS** : **ROBERTO DIAS VIANNA DE LIMA - SP081258**  
 : **MARCUS BONTANCIA - SP231644**  
**RECORRIDO** : **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**  
**ADVOGADO** : **LUCIANA PINHEIRO GONÇALVES - SP134498**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO FATAL. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS: CONDUTA IMPRUDENTE DA VÍTIMA E DESCUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA. MATÉRIA DECIDIDA PELA 2ª SEÇÃO DO STJ, SOB O RITO DO ART. 543-C, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (RESP n. 1.172.421/SP, DJE DE 19/9/2012).

1. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.172.421/SP, sob o rito do art. 543-C, do Código de Processo Civil de 1973, concluiu que, "no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inadequado".

2. Na espécie, o Tribunal local manteve a sentença de improcedência da pretensão indenizatória, sob o fundamento de que a vítima, filho e irmão dos autores, efetuou a travessia em local inadequado, atravessando cerca de arame farpado com falhas, sem passarela próxima, enquanto utilizava fone de ouvidos, situação que configura concorrência de culpas, tendo em vista a responsabilidade da concessionária quando o cercamento utilizado ao longo da via é insuscetível de impedir a abertura de passagens clandestinas.

3. Recurso especial provido em parte.

**DECISÃO**

1. Cuida-se de recurso especial interposto por SILVIA REGINA DE OLIVEIRA, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CONSELHEIRO FURTADO, assim ementado:

ACIDENTE FERROVIÁRIO - INDENIZATÓRIA DANOS MATERIAIS E MORAIS Atropelamento da vítima por composição férrea em local onde há passagem clandestina de pedestres Responsabilidade objetiva prevista no art. 37, §6º, da Constituição Federal Imprudência da vítima ao empreender a travessia em local não projetado para trânsito de pedestres Culpa exclusiva da vítima configurada Sentença de improcedência mantida - Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, ofensa ao disposto nos arts. 1297 do Código Civil; 10 do Dec. n. 2089/63 E 1022, II, III, parágrafo único, I e II, do Código de Processo Civil.

Sustenta, em síntese: (a) nulidade do acórdão recorrido, pois, não obstante a oposição de embargos de declaração, os vícios apontados não foram sanados; (b) a configuração de concorrência de causas para o atropelamento da via férrea, visto que a concessionária descumpriu seu dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 380-392.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 393-394).

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 1.022 do Código de Processo Civil. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

3. A Segunda Seção do STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.172.421/SP, sob o rito do art. 543-C, do Código de Processo Civil de 1973, concluiu que, "no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no

tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inapropriado".

Confira-se a ementa do julgado:

RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO À SISTEMÁTICA PREVISTA NO ART. 543-C DO CPC. ACIDENTE FERROVIÁRIO. VÍTIMA FATAL. CONCORRÊNCIA DE CAUSAS: CONDUTA IMPRUDENTE DA VÍTIMA E DESCUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL DE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO DA LINHA FÉRREA. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS PELA METADE. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. NÃO COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PELOS GENITORES. VÍTIMA MAIOR COM QUATRO FILHOS. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A responsabilidade civil do Estado ou de delegatário de serviço público, no caso de conduta omissiva, só se concretiza quando presentes estiverem os elementos que caracterizam a culpa, a qual se origina, na espécie, do descumprimento do dever legal atribuído ao Poder Público de impedir a consumação do dano. Nesse segmento, para configuração do dever de reparação da concessionária em decorrência de atropelamento de transeunte em via férrea, devem ser comprovados o fato administrativo, o dano, o nexo direto de causalidade e a culpa.

2. A culpa da prestadora do serviço de transporte ferroviário configura-se, no caso de atropelamento de transeunte na via férrea, quando existente omissão ou negligência do dever de vedação física das faixas de domínio da ferrovia - com muros e cercas - bem como da sinalização e da fiscalização dessas medidas garantidoras da segurança na circulação da população. Precedentes.

3. A exemplo de outros diplomas legais anteriores, o Regulamento dos Transportes Ferroviários (Decreto 1.832/1996) disciplinou a segurança nos serviços ferroviários (art. 1º, inciso IV), impondo às administrações ferroviárias o cumprimento de medidas de segurança e regularidade do tráfego (art. 4º, I) bem como, nos termos do 'inciso IV do art. 54, a adoção de "medidas de natureza técnica, administrativa, de segurança e educativas destinadas a prevenir acidentes". Outrossim, atribuiu-lhes a função de vigilância, inclusive, quando necessário, em ação harmônica com as autoridades policiais (art. 55).

4. No caso sob exame, a instância ordinária consignou a concorrência de causas, uma vez que, concomitantemente à negligência da concessionária ao não se cercar das práticas de cuidado necessário para evitar a ocorrência de sinistros, houve imprudência na conduta da vítima, que atravessou a linha férrea em local inapropriado, próximo a uma passarela, o que acarreta a redução da indenização por dano moral à metade.

5. Para efeitos do art. 543-C do CPC: no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a

concessionária do transporte ferroviário descumpre o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inapropriado.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta extensão, parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1.172.421/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2012, DJe de 19/9/2012)

Colhe-se o seguinte trecho da sua fundamentação:

5. Nessa linha de inteligência, verifica-se que, a despeito das situações fáticas variadas no tocante ao descumprimento do dever de segurança e vigilância contínua das vias férreas, a responsabilização da concessionária é uma constante na sólida jurisprudência construída nesta Corte, passível de ser elidida tão somente quando cabalmente comprovada a culpa exclusiva da vítima - hipótese que será apreciada no REsp 1.210.064/SP, também submetido à sistemática prevista no art. 543-C do CPC, em conjunto com o presente recurso especial.

5.1. À guisa de exemplo, mencionam-se algumas situações caracterizadoras da responsabilidade civil da ferrovia:

(i) existência de cercas ao longo da via, mas caracterizadas pela sua vulnerabilidade, insuscetíveis de impedir a abertura de passagens clandestinas, ainda quando existente passarela nas imediações do local do sinistro (REsp 20.163/RJ, DJ 08/06/1992; REsp 35.842/RJ, DJ 29/5/1995; REsp 330.681/MG, DJ 06/5/2002);

(ii) a própria inexistência de cercadura ao longo da ferrovia (REsp 35.842/RJ, DJ 29/5/1995; REsp 63.091/RJ, DJ 3/6/1996);

(iii) a falta de vigilância constante, bem como da manutenção da incolumidade dos muros destinados à vedação do acesso à linha férrea pelos pedestres (REsp 330.681/MG, DJ 6/5/2002; REsp 293.260/SP, DJ 11/6/2001; REsp 704.307/RJ, Rel. DJ 26/6/2006)

(iv) a ausência parcial ou total de sinalização adequada a indicar o perigo representado pelo tráfego das composições (REsp 853.921/RJ, DJe 24/5/2010; REsp 704.307/RJ, DJ 26/6/2006; AgRg no REsp 1.253.954/PR, DJe 24/8/2011).

5.2. De outro giro, hipóteses em que o evento danoso é resultado de fato exclusivo da vítima, a responsabilidade civil é eliminada pela própria exclusão do nexo causal, uma vez que o agente - aparentemente causador do dano - é mero instrumento para sua ocorrência.

No ponto, registro algumas situações que, embora não retratem diretamente casos de responsabilidade de concessionária de serviço de transporte ferroviário, ostentam a mesma essência e o mesmo resultado, qual seja, a exclusão da responsabilidade:

(i) o estado de embriaguez da vítima como causa única e adequada do

acidente (EDcl no Ag 1.320.610/SP, DJe 13/4/2012; AgRg no REsp 1.260.436/SP, DJe 12/12/2011);

(ii) caracterização do suicídio (AgRg no Ag 894.302/RJ, DJ 10/12/2007; AgRg no Ag 174.431/SP, DJ 9/11/1998).

5.3. Há, também, situações em que a responsabilidade da concessionária é mitigada, importando a redução proporcional do valor da indenização, quando caracterizada a concorrência de causas, ou seja, quando a conduta da vítima se mostra adequada e suficiente para a ocorrência do dano.

**Isso ocorre quando o pedestre empreende a travessia da linha férrea em local inapropriado (ainda que faltem cercas ou sinalização), uma vez que a periculosidade é ínsita a esse tipo de comportamento, caracterizando-lhe a imprudência, máxime quando a alguns metros do local há passarela própria para tal fim.**  
(grifo nosso)

Como se vê, esta Corte Superior assentou que a circunstância de o pedestre atravessar a linha férrea em local inapropriado - mesmo faltando cercas e a alguns metros de passarela própria para tal finalidade - mitiga a responsabilidade da concessionária, tendo por consequência a redução do valor da indenização.

4. Na espécie, o Tribunal local manteve a sentença de improcedência da pretensão indenizatória, sob o fundamento de que a vítima, filho e irmão dos autores, efetuou a travessia em local inadequado, atravessando cerca de arame farpado com falhas, sem passarela próxima, enquanto utilizava fone de ouvidos.

É o que se extrai do seguinte trecho do aresto recorrido:

A terceira testemunha arrolada pela ré, Reginaldo, cujo depoimento foi gravado em mídia, narrou que caminhou pela via com a vítima pouco antes do acidente; buzinas sonoras foram acionadas quando o trem estava próximo da vítima, que embora tenha pulado para o lado, não teve tempo hábil para evitar a colisão; no local não há guardas, passarelas, túneis ou estacas, sendo utilizado regularmente para passagem clandestina; observou que a vítima estava com o celular na mão, com o fone de ouvido enrolado no aparelho.

**O laudo do Instituto de Criminalística (fls. 65) aponta que, embora o local do acidente estivesse desprovido de iluminação e de qualquer forma de isolamento dos trilhos, continha cerca de arame farpado com falhas.**

**Em que pese a precariedade do isolamento do local, fato é que a existência de cercas chamaria a atenção do transeunte quanto a proximidade da linha férrea, como entendeu o juiz sentenciante.**

A foto de fls. 67 indica a existência de um celular caído ao chão próximo ao corpo da vítima.

Às fls. 135, há relato de Cláudio Donizete, encarregado de segurança da ré, que prestou depoimento da Delegacia, em que também afirmou acreditar que a vítima não ouviu o sistema sonoro, pois estava usando fone de ouvido.

Adalberto de Oliveira, coautor, também relatou perante à autoridade

policia! que recebeu, no local dos fatos, a informaça!o de que seu irm!o Cipriano, a v!tima, estava com fone de ouvido, e no local realmente observou o equipamento pr!ximo a ele, junto com o celular (fls. 136).

No !mbito penal, o Minist!rio P!blico opinou pelo arquivamento do inqu!rito policial, n!o vislumbrando des!dia da condutora do trem, considerando os relatos de que a v!tima estava parada na linha f!rrea, em uma curva, com fone de ouvido, sem guardar a devida cautela (fls. 165). Acolhido o parecer, o inqu!rito policial foi arquivado (fls. 167).

**Diante das provas produzidas, o depoimento de Reginaldo de fato mostra-se isolado, em detrimento dos v!rios relatos de que a v!tima mantinha-se na linha do trem usando fone de ouvidos, informaça!o inclusive recebida por seu irm!o no local do acidente.**

Ora, a decis!o monocr!tica est! bem fundamentada, dentro da razoabilidade e merece subsistir por seus pr!prios fundamentos.

**No caso sub judice, conquanto incontroversa a circunst!ncia da v!tima ter sido atropelada por composiça!o ferrovi!ria da r!, vindo a falecer, e em que pese aus!ncia adequada de isolamento da !rea, no caso remanesce evidente a culpa exclusiva da v!tima, a eximir a responsabilidade da apelada pelo rompimento do nexo causal.**

H! prova suficiente nos autos de que a v!tima n!o deveria estar no local, cercado por arame farpado, ainda que com falhas, mas pior ainda, utilizando fone de ouvido, o que impediu de perceber a proximidade do trem, independentemente se houve acionamento sonoro em tempo h!bil, eis que o ve!culo por si s! produz barulho em seu deslocamento. (fls. 312 - 316 e-STJ) [g.n.]

Verifica-se que o aresto recorrido, ao concluir pela culpa exclusiva da v!tima, colide com o entendimento desta Corte Superior, firmado em julgamento de recurso especial representativo de controv!rsia repetitiva, o qual assenta a responsabilidade da concession!ria quando o cercamento utilizado ao longo da via ! insuscet!vel de impedir a abertura de passagens clandestinas, ainda quando existente passarela nas imediaç!es do local do sinistro.

Desse modo, encontra-se caracterizada a concorr!ncia de culpa que atrai a responsabilidade da empresa de transporte ferrovi!rio, a qual deve ser levada em consideraça!o na fixaça!o do montante indenizat!rio postulado.

5. Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para reconhecer a responsabilidade da parte recorrida pela ocorr!ncia do atropelamento fatal em raz!o da concorr!ncia de culpas e determino o retorno dos autos a origem para que reaprecie a apelaça!o, nos moldes delimitados neste julgado.

Intimem-se. Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator